Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
03/11/25
Edson Souza
Vereador - 1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Recebido em: 31/10/25
Protocolo

REQUERIMENTO Nº 594 , DE 2025.

(Proponente: Vereador Edson Souza/MDB)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascavel.

REQUEIRO, nos termos do art. 149, §1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja encaminhado expediente ao Instituto de Previdência dos Servidore Públicos do Município de Cascavel - IPMC, solicitando informações referente a compensação previdenciária (COMPREV), no período compreendido entre 2017 a 2024:

1. Em relação às compensações previdenciárias (COMPREV), qual foi o valor destinado pelo IPMC ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS no período compreendido entre 2017 a 2024 ? Especifique os valores por ano.

2. Qual o valor recebido pelo IPMC do Instituto Nacional de Seguro Social no período compreendido entre 2017 a 2024 ? Especifique os valores por ano.

É o que Requer. Sala das Sessões.
Cascavel, 31 de outubro de 2025.

Edson de Souza

Edson Souza
Vereador/MDB

Justificativa

O presente requerimento tem por objetivo solicitar informações referentes às compensações financeiras realizadas entre o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cascavel – IPMC e o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, no período compreendido entre os anos de 2017 a 2024.

A referida solicitação se fundamenta na importância de acompanhar e fiscalizar os repasses e ressarcimentos previdenciários decorrentes da compensação financeira entre os regimes próprios e o regime geral de previdência social. Esses valores representam recursos relevantes para o equilíbrio atuarial do IPMC, impactando diretamente na sustentabilidade do sistema e na garantia dos direitos previdenciários dos servidores municipais.

A análise detalhada das compensações efetuadas nesse período possibilitará verificar a regularidade dos procedimentos adotados, a existência de valores pendentes de repasse ou reconhecimento e eventuais impactos financeiros decorrentes dessas operações.

Dessa forma, a medida visa promover a transparência, o controle e a boa gestão dos recursos previdenciários, assegurando a correta aplicação das normas legais e a preservação do patrimônio do regime próprio de previdência municipal.

CONFERIDO
DIRETORIA LEGISLATIVA